

Evolução das Políticas Públicas para Agricultura Familiar no Brasil¹

Luana Costa Trindade²

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa as noções e paradigmas da Agricultura Familiar, explorando seus fundamentos teóricos e metodológicos. Serão examinadas a evolução histórica das políticas públicas para esse setor no Brasil e suas influências atuais. Destaca-se o papel dos movimentos sociais, como o MST e a Via Campesina, na luta pelo acesso à educação e pela reforma agrária.

DESENVOLVIMENTO

A agricultura familiar é um sistema produtivo que permite a reprodução social da família, tanto economicamente quanto culturalmente. Ao longo do tempo, políticas públicas para esse setor passaram por três gerações distintas: fortalecimento agrícola, políticas sociais e assistenciais, e construção de mercados orientados pela segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. (IBGE, 2011; WANDERLEY, 2003; ALTAFIN, 2007; SCHNEIDER, 2014)

A trajetória das políticas para a agricultura familiar abrange três gerações distintas: fortalecimento agrícola e agrário, políticas sociais e assistenciais, e construção de mercados orientados pela segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. (GRISA; SCHNEIDER, 2014)

A partir da década de 1990, os agricultores familiares foram reconhecidos como categoria social e política, iniciando-se com a Constituição de 1988 e culminando na criação do Pronaf em 1995. (SABLAYROLLES; DE AZEVEDO, 2022; ALTAFIN, 2007; SCHNEIDER, 2014; FERNANDES et. al, 2020)

Movimentos como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em 1984 e a Via Campesina (1992), desempenharam papéis cruciais na luta por direitos, incluindo o acesso à educação e a reforma agrária. Conquistas importantes, como a criação do Pronaf e do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 1999, garantiram direitos como crédito rural e seguro de produção. (GRISA; SCHNEIDER, 2014, BARBOSA; ROSSET, 2017; WANDERLEY, 2003; ALTAFIN, 2007; SCHNEIDER, 2014)

A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) em 2001 fortaleceu o setor, garantindo direitos como crédito rural e seguro de produção. A legislação, como a Lei da Agricultura Familiar de 2006, definiu e promoveu diretrizes para o desenvolvimento desse setor, com foco na sustentabilidade ambiental e econômica. (GRISA; SCHNEIDER, 2014, BARBOSA; ROSSET, 2017; WANDERLEY, 2003; ALTAFIN, 2007; SCHNEIDER, 2014)

Entretanto, houve retrocessos durante os governos de Temer e Bolsonaro, com a extinção de órgãos como o MDA. A recriação do MDA em 2023, durante o governo de Lula, foi um marco significativo, embora tenha enfrentado desafios na retomada de processos descontinuados. (SABLAYROLLES; DE AZEVEDO, 2022; ALTAFIN, 2007; SCHNEIDER, 2014; FERNANDES et. al, 2020)

CONCLUSÕES:

As políticas para a agricultura familiar avançaram ao longo das décadas, priorizando questões sociais e ambientais. O apoio a programas como o Pronaf e o PAA demonstram o reconhecimento da importância desse setor para a segurança alimentar e nutricional.

No entanto, há necessidade contínua de políticas que fortaleçam a agricultura familiar, incluindo acesso ao crédito e investimentos em infraestrutura. Essas medidas têm o potencial de transformar o meio rural, promovendo desenvolvimento sustentável e combatendo o estigma de abandono.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹ Este artigo foi desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa “Laboratório de Economia Aplicada” (LABEA), coordenado pelo professor e pesquisador Hilder André Bezerra Farias.

² Graduanda do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pará. E-mail: luana.trindade@icsa.ufpa.br

- ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, J.E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília/DF: IPEA, 1999.
- ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, p. 1-23, 2007.
- BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. Movimentos sociais e educação do campo na América Latina: Aprendizagens de um percurso histórico. **Práxis Educacional**, v. 13, n. 26, 2017.
- FERNANDES, Bernardo Mançano et al. A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 333-362, 2020.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.
- SABLAYROLLES, Philippe Jean Louis; DE AZEVEDO, Alessandra Bandeira Antunes. Assistência técnica pública para organizações econômicas da agricultura familiar: evidências a partir da Bahia. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, n. ed. esp. 2 (Dossier Cooperativismo), p. 96-120, 2022.
- SCHNEIDER, Sergio. Evolução e características da agricultura familiar no Brasil. **Revista ALASRU-Análisis Latinoamericano del Medio Rural, Estado do México**, n. 9, p. 21-52, 2014.
- VEIGA, José Eli da. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 13, n. 3, p. 383-404, 1996.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, 2003.